

A fábula:

um exemplo dos processos de atribuição de significação a enunciados na instância moral com base na narrativa alegórica da fábula

Cássia Regina Coutinho Sossolote

Professora do Departamento de Didática.
Faculdade de Ciências e Letras, Universidade
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”,
Campus de Araraquara.

I. Introdução

Um dos objetivos principais da pesquisa intitulada *A recepção do discurso alegórico da fábula* (2003, p. 16) consistiu em “compreender o modo como os leitores de textos denominados fábula reconhecem a presença do humano nas narrativas que compõem esse gênero.”

Com o intuito de compreender a capacidade que os leitores revelam, pôde-se observar os processos implicados na construção da significação na instância moral pelos indivíduos.

Acreditamos que o presente artigo dará visibilidade às questões que acabam de ser mencionadas.

II. Em busca de um conceito de fábula

Para a realização do trabalho datado de 2003, fizemos breve levantamento sobre uma história da crítica da fábula, fato que tornou possível o trabalho de pesquisa desenvolvido.

Duas definições serão apresentadas apenas.

Com a primeira estabelecemos relação polêmica. Formulada por Theon, retor que possivelmente viveu no século I ou II d.C., ela pode ser depreendida de sua concepção sobre *a fábula* que se desdobrou em duas. Por meio da primeira, ele a caracterizou como *um discurso mentiroso* que retrata *uma verdade*. Por meio da segunda, ele definiu *a fábula*, considerada naquela

época como se fosse composta de duas partes, de *uma narrativa* e de *uma moral*, como um discurso seguido de outro discurso, o *primeiro mentiroso* e o *segundo verdadeiro*, tendo a narrativa, *discurso mentiroso*, a propriedade de ser a imagem da moralidade, que apresenta os atributos de *um discurso verdadeiro*.

Com efeito, o que nos incomodava nessa definição proposta para a fábula era o fato de que se atribuía à narrativa e à moralidade propriedades distintas, já que a primeira foi considerada um discurso mentiroso e a segunda um discurso verdadeiro, para, em um segundo momento, anular essa distinção ou porque a moralidade pode ser deduzida da narrativa, no caso de fábulas que apresentam apenas essa instância de discurso, ou porque se considerou o discurso mentiroso a imagem do discurso verdadeiro.

Diferentemente da concepção que acaba de ser descrita, a definição proposta por LIMA (1984, p. 63-4) deu sustentação e tornou possível a pesquisa que realizamos. Consideramos que ela tenha valor explicativo para aqueles que se propõem a compreender o modo de funcionamento de textos fabulares, pois ela rompe com uma longa tradição de estudos sobre *a fábula*. Lima (Ibid.) chama a atenção para a existência de um novo componente que denominou *discurso metalinguístico*.

A fábula que até então foi considerada como sendo composta de *discurso narrativo* e *discurso moral* é uma unidade constituída de três subunidades: uma subunidade figurativa mínima seguida de uma subunidade metalinguística mínima que a articula a uma subunidade temática mínima.

III. Estrutura da fábula

A fim de que seja possível compreender a natureza dos discursos que compõem esse gênero – *discurso narrativo*, *discurso metalinguístico* e *discurso moral* – apresentaremos, na sequência, uma fábula que foi objeto de análise exaustiva durante a realização do trabalho de pesquisa ao qual estamos fazendo referência (SOSSOLETE, 2003). Ei-la.

O asno que carregava sal ¹

Um asno que carregava sal estava atravessando um rio quando escorregou e caiu na água. E como o sal se dissolvera, ele se levantou e saiu mais leve. Exultante com isso, tempos depois quando carregava um frete de esponjas ele chegou à beira de um rio e supôs que, se caísse de novo, iria sair mais ágil. Então ele escorregou de propósito. Aconteceu, porém, que as esponjas absorveram a água e ele, não conseguindo erguer-se, afogou-se ali mesmo.

Assim, também, certos homens não notam que se arrastam para as desgraças, devido às suas próprias resoluções. (ESOPO apud DEZOTTI, 1991, p. 19)

Com efeito, quais seriam as instâncias que compõem esta fábula?

A *instância narrativa* cujo discurso alegórico se caracteriza por ter a propriedade de dizer uma coisa para significar outra².

¹ O espaçamento que corresponde à linha 9 não existe no texto original. Ele foi inserido bem como foi colocado itálico nos enunciados que se encontram nas linhas 10-1, a fim de que as partes constitutivas da fábula se tornem visíveis ao leitor.

² A *instância narrativa* corresponde aos enunciados que se encontram entre as linhas 1-8. Segundo Dezotti, 1991, p. 11, “para usar uma narrativa como fábula basta que o falante a configure como um discurso alegórico, ancorando esse seu “outro” significado ao seu contexto de enunciação. Essa vinculação obriga o ouvinte a não só compreender a narrativa, mas também a interpretá-la, buscando pontos de contatos significativos entre ela e a situação discursiva que motivou a sua enunciação. Esse trabalho de interpretação pode ser realizado pelo próprio enunciador da fábula, quando ele mesmo fornece uma moral para a sua narrativa. Mas faz parte também das possibilidades lúdicas do gênero deixar a narrativa sem moral, para que o ouvinte se veja obrigado a descobri-la a partir de indícios textuais ou situacionais que ele pode seguir. Interpretar uma fábula é, pois, como interpretar um enigma.”

A *instância metalinguística*³, cujo discurso pode ser expresso quer “pela simples palavra moral, seguida de dois pontos e em destaque, encabeçando parágrafo, depois da história, ou, como faz o grego, com o seu *ho mythos deloi*, “a fábula mostra” e sua tradução latina multivariada: *testatur haec fabella propositum meum; paucis ostendamus uersibus...; testis haec narratio est; id esse uerum haec fabella indicat*, ou mesmo pela simples mudança de entonação que se dá à prolação do enunciado”. (Lima, 1984, p. 64)

Para Lima, o *discurso metalinguístico* – sintaticamente exterior tanto à história quanto à moral da fábula – só é suscetível de localização e de explicação metodológica “na economia da fábula” graças aos conceitos que a *Teoria da Enunciação* colocou a nossa disposição. O *discurso metalinguístico* revela-se imprescindível na compreensão da fábula, pois ele a localiza em relação ao eu-aqui-agora da enunciação. É a possibilidade de localizar o enunciado em relação à enunciação, que dela contém traços e marcas, que permite afirmar ser a fábula um discurso, um enunciado⁴. (Lima, 1984, p. 63-5)

O discurso metalinguístico da fábula *O asno que carregava sal* corresponde à unidade **assim**, que se encontra na linha 10 e introduz o discurso que a *instância moral* acolhe.

Em relação à terceira instância, denominada *instância moral* ⁵, ela corresponde ao lugar no qual o enunciador se inscreve, em uma situação enunciativa determinada, para dar uma lição, um

³ Dezotti, 1987, realizou um trabalho minucioso de descrição dos enunciados de 347 fábulas esópicas anônimas (cf. p. 46-58) que correspondem ao *discurso metalinguístico* que ora pode ser destacado do discurso moral ora pode se apresentar no corpo deste enunciado do ponto de vista sintático-semântico. Embora as expressões formulares *a fábula mostra [que]*; *o discurso mostra [que]*; e a conjunção *[que]* constituam as de maior frequência, *assim* e *assim também* constituem expressões formulares com alta frequência.

⁴ Depois de ter sido constatada a existência do *discurso metalinguístico*, foi possível deduzir sua função: a de orientar o enunciador-leitor a respeito do modo como o discurso narrativo deve ser lido na instância moral devido ao fato de *as expressões metalinguísticas* estabelecerem equivalência entre um discurso e outro.

⁵ O *discurso moral* encontra-se nas linhas 10 e 11 e é introduzido pela expressão “*Também certos homens [...]*”

ensinamento, que se traduz como uma injunção a um não-fazer ao enunciador que corresponde ao leitor da fábula.

IV. Nomeação e operações de predicação

Apresentadas as propriedades da fábula de forma breve, faremos referência, na sequência, a metodologia “aplicada” à leitura dos textos assim denominados que nos permitiram observar como os graduandos que cursaram a disciplina *Prática de Ensino de Grego e Latim* reconheceram a presença do humano na narrativa fabular.

A atividade realizada com os alunos consistiu, grosso modo, na apresentação de cinquenta e oito fábulas de Esopo que foram traduzidas por Dezotti (1991) sem o recurso à moral original proposta pelo “fabulista”.

Como nas aulas de *Prática de Ensino de Grego e Latim* estávamos operando com um gênero de discurso que surgiu na Antiguidade Clássica e como nosso objetivo era não perder de vista a dimensão enunciativa dos textos fabulares, ao apresentar a narrativa deste gênero sem a moral aos graduandos, esperávamos que os alunos se inscrevessem nesse lugar estrutural, para que tentassem calcular “a intenção de significação” com que as narrativas fabulares foram produzidas.

É preciso ser dito que a variação que esperávamos encontrar entre enunciados que têm o estatuto de moralidade e que revelavam “a intenção de significação” com que a narrativa foi produzida estava restrita ao domínio do que chamei naquele momento de *paráfrase* cujos deslocamentos de sentido, embora sejam relevantes, são sutis. Não havia levantado a hipótese de que a variação de sentido que poderia ser produzida na proposição da moralidade pelos graduandos no momento da leitura da narrativa chegasse à produção de um novo ato de fala na *instância metalinguística* e à produção de uma nova moralidade do ponto de vista conceitual.

Deparamo-nos, no entanto, com o fato de que as narrativas fabulares têm a propriedade de textos polissêmicos. Essa constatação fica evidente quando se observa que os graduandos se inscreveram no lugar estrutural que corresponde à moral e fizeram referência ao(s) homem(ns) de quem fala e para quem se fala no espaço da moralidade como *irresponsável, precipitado; desatento; oportunista; aproveitador;*

preguiçoso; comodista; fingido; falso; tolo; etc. a partir da leitura da mesma narrativa⁶.

Apresentarei, a seguir, uma fábula que resultou da atividade escolar realizada por um graduando da disciplina *Prática de Ensino de Grego e Latim*.

O asno que carregava sal

Um asno que carregava sal estava atravessando um rio quando escorregou e caiu na água. E como o sal se dissolvera, ele se levantou e saiu mais leve. Exultante com isso, tempos depois quando carregava um frete de esponjas ele chegou à beira de um rio e supôs que, se caísse de novo, iria sair mais ágil. Então ele escorregou de propósito. Aconteceu, porém, que as esponjas absorveram a água e ele, não conseguindo erguer-se, afogou-se ali mesmo.

O homem não pode desafiar a vida com conclusões precipitadas. (ASSC)

Na tese de doutorado já realizada e defendida em 2003, fizemos um estudo minucioso no sentido de verificar em que medida o discurso moral é autorizado pelo discurso narrativo. Por meio da análise realizada, constatou-se que, via de regra, há articulação semântica entre um discurso e outro.

Neste contexto, no entanto, não há possibilidade de descrever a atividade de análise com a finalidade de demonstrar o grau de proximidade ou de distanciamento, do ponto de vista semântico, entre o discurso narrativo da “fábula” de Esopo e “o discurso moral” que corresponde à intenção de significação que o(s) graduando(s) disse(ram) ter reconhecido no momento da leitura do mito⁷.

De tudo quanto poderia ser dito sobre a fábula, chamarei a atenção, neste contexto, para um fato constatado durante a análise.

Entre o *discurso narrativo* da fábula que acaba de ser apresentada, compreendido entre as linhas 1-8 e o *discurso moral* localizado nas linhas 10-1, há um enunciado não-textualizado que corresponde a *Conclusão precipitada fez o homem-asno desafiar a vida*.

⁶ A análise dos atos de fábula produzidos pelos alunos quando realizaram o exercício escolar que estamos descrevendo foi objeto de outra pesquisa.

⁷ Segundo Dezotti, 1991, p. 13, “a palavra *mythos* se fixou como uma denominação do gênero fábula”. A autora constatou esse fato a partir da definição que Theon, retor grego, apresentou para a fábula.

Com efeito, é sob este enunciado que o enunciador constrói outro que corresponde a *O homem não pode desafiar a vida com conclusões precipitadas* que tem as propriedades de um enunciado deôntico.

O processo resultante da narrativa para o enunciador do discurso moral em questão é o seguinte: *Conclusão precipitada fez o homem-asno desafiar a vida*. É esse fato que permite a ele enunciar que *O homem não pode desafiar a vida com conclusões precipitadas*.

Se para a compreensão do gênero fabular o enunciado *Conclusão precipitada fez o homem-asno desafiar a vida* revela a atividade do leitor que busca apreender a causa do afogamento do “asno”, para poder, na moralidade, “simular” o processo de regulação que pode se instaurar entre indivíduos que em contextos específicos interagem por meio de fábulas, analisá-lo implica, em primeiro lugar, reconhecer que os argumentos do verbo *fazer*⁸ constituem noções nominais construídas por meio de enunciados processuais que denotam movimento, ações intencionais e ações não-intencionais.

No caso específico das fábulas de Esopo, composta de três unidades, verificamos que no *discurso narrativo* os personagens que podem ser “animais, deuses, heróis, homens, plantas, objetos, diferentes partes de um mesmo corpo, entidades abstratas” (Dezotti, 1991, p. 15) são colocados ora agindo ora sendo alvo de processos.

Salvo raras exceções, não se encontram nas narrativas das fábulas esópicas substantivos e adjetivos que teriam a função de inserir “os personagens” em classes ou denotar estados desses personagens. Contituem exceções fábulas cujos personagens são referidos pelo nome de “o avaro”, “o adivinho”, por exemplo, referência que tem o valor de *pré-construído* na medida em que não constitui objeto do discurso mostrar como o personagem adquiriu tal propriedade.

Nomear na moralidade constitui em relação à atividade que acaba de ser referida um ato em tudo diferente.

Quer em posição sujeito,

A preguiça é inimiga da vida. (GASS)

⁸ Os argumentos do verbo *fazer* são dois: *conclusão precipitada*, de um lado e *o homem-asno*, de outro lado.

Aquele que usa de falsidade *em prol de si mesmo*⁹ dá-se mal. (LJL)

quer no interior de sintagma preposicionado, em alguns contextos, com função de adjunto adverbial de modo,

Quem tenta, *com fingimento*, livrar-se de suas obrigações¹⁰ termina em pior situação. (LJL)

O homem não pode desafiar a vida com conclusões precipitadas. (ASSC)

o leitor, ao buscar reconhecer a causa ou a consequência das ações do personagem, tipifica o personagem de que se fala na instância narrativa para, no enunciado moral, produzir um outro ato de fábula ligado à censura, à recomendação, ao aconselhamento, à exortação, etc.¹¹.

À diferença do ato de nomear que tem o estatuto de *pré-construído* na narrativa, nomear na instância moral com a função a que acabei de fazer referência, resulta, em primeiro lugar, de *operações de predicação*.

Assim se se quiser saber se “o homem-asno desafiou a vida com conclusão precipitada”, “se a preguiça fê-lo se afogar”; “se ele usou de falsidade em prol de si mesmo e por causa disso deu-se mal” e assim por diante, será preciso voltar para a instância narrativa – de caráter processual – e observar o que se disse do asno; o que o asno fez; o que aconteceu com ele. Do ponto de vista semântico, será preciso observar os predicados que lhes foram atribuídos.

V. A construção da significação

Perguntávamo-nos e continuamos nos perguntando qual a diferença entre lexicalizar o conceito *preguiça*, por exemplo, por meio de base nominal em posição sujeito ou por meio de base verbal em posição de predicado?

⁹ Consideramos que esta expressão apresenta de forma extensional duas noções substantivas: a de *falsário* e de *oportunista*.

¹⁰ Aqui também observa-se dois conceitos: o de *fingimento* e o de *preguiça*. O primeiro é aquele que, segundo o cálculo errado do homem-asno, lhe asseguraria livrar-se de suas obrigações, fato que poderia ser lido como preguiça.

¹¹ Segundo Dezotti, 1991, p. 11, “na fábula, o narrar está a serviço dos mais variados atos de fala: demonstrar, censurar, recomendar, exortar, etc.”

A despeito de poder-se dizer que do ponto de vista daquele que enuncia as línguas naturais oferecem diferentes caminhos para a referência, da perspectiva da construção das *noções linguagísticas* pelos indivíduos, elas se estruturam enquanto “sistema de representações complexas de propriedades físico-culturais” (CULIOLI, 1990, p. 50) depois de terem sido predicadas em eventos enunciativos que podem focalizar a cada vez diferentes propriedades das *noções*.

Levantamos, todavia, a hipótese de que a despeito de os nomes terem sido predicados por meio de bases processuais, o processo de predicação dos nomes nem sempre se mostra na instância do texto.

Não assumir, contudo, a predicação como uma das operações de linguagem por meio da qual as representações são construídas na instância da língua implicaria em assumir ou uma concepção de língua e de linguagem que pode ser deduzida da Gramática Tradicional ou daquela que se encontra metalinguisticamente formulada no *Curso de Linguística Geral*.

Ora a despeito das diferenças entre elas que consiste, no primeiro caso, em estabelecer relações de continuidade entre *linguagem* e *realidade*, ainda que tenha havido no decorrer dos séculos oscilação entre considerar a natureza dessa relação *physis* ou *nomoi* e no segundo caso, negar a existência dessa relação por meio da proposição do conceito de *langue*, momento em que se passou a considerar que o valor dos *signos* emana da língua, nos dois casos, estamos diante de concepções que excluem os indivíduos da atividade linguística, em última análise, porque os valores das unidades são considerados dados, prontos, exteriores aos indivíduos.

Predicar no sentido de atribuir propriedades e de construir *categorias*, *classes* e *tipos* constitui, ao contrário, uma atividade na qual os indivíduos se encontram na origem em virtude de sua natureza metacognitiva.

Evidências de que a predicação encontra-se no âmago da linguagem nos são dadas a cada vez que os indivíduos colocam as línguas naturais em funcionamento por meio de textos. Encontramos esse processo na própria fábula entendida enquanto gênero.

Podemos a essa altura formular a seguinte pergunta: “Como seria possível explicar que os leitores se inscreveram na *instância moral* e

revelaram reconhecer que a narrativa da fábula refere-se ao *homem* sob a forma de tipo?

Foi por intermédio dos predicados atribuídos aos personagens das narrativas fabulares que podem ser “animais, deuses, heróis, homens, plantas, objetos, diferentes partes de um mesmo corpo, entidades abstratas” (ibid., p. 15) que foi possível aos graduandos não levar em consideração no momento do reconhecimento da “intenção de significação” da narrativa definições segundo as quais a fábula constituiria um gênero de discurso cujos personagens foram antropomorfizados.

Embora não possamos dizer que as figuras utilizadas na narrativa sejam formas que denotam somente o humano em virtude da qualidade dos predicados que lhes são atribuídos, já que as personagens da narrativa têm propriedades híbridas¹², podemos afirmar que as propriedades humanas são construídas pela conjunção de eventos enunciados na instância narrativa.

Se se retomar a fábula produzida em contexto escolar e se se focalizar o seu enunciado moral para a fábula *O asno que carregava sal*.

O asno que carregava sal

Um asno que carregava sal estava atravessando um rio quando escorregou e caiu na água. E como o sal se dissolvera, ele se levantou e saiu mais leve. Exultante com isso, tempos depois quando carregava um frete de esponjas ele chegou à beira de um rio e supôs que, se caísse de novo, iria sair mais ágil. Então ele escorregou de propósito. Aconteceu, porém, que as esponjas absorveram a água e ele, não conseguindo erguer-se, afogou-se ali mesmo.

O homem não pode desafiar a vida com conclusões precipitadas.

Comparando-o, a seguir, com o enunciado resultante do discurso narrativo sob o qual o enunciado moral se ancora

Conclusão precipitada fez o homem-asno desafiar a vida.

¹² A fábula apresentada no corpo deste texto inicia com o asno carregando sal e progride com o asno carregando esponja.

Verificar-se-á que a referência daquele é mais geral, já que *o homem* do enunciado moral constitui um hiperônimo de *o homem* do enunciado anterior que se refere a um ser particular. Generalizar constitui, com efeito, uma característica da fábula bem como servir-se de expressões abstratas no plural.

Da natureza da linguagem, contudo, é o processo ininterrupto de construção de classes, de categorias, de tipos.

VI. A título de conclusão

O que mostra a experiência divulgada?

Que o trabalho de construção da significação é um trabalho dos indivíduos e de que à atribuição de significação à narrativa fabular constitui um trabalho regulado por situações enunciativas reais. No entanto, enquanto atividade pedagógica, a construção de enunciados na instância narrativa deixa entrever que os significados dos enunciados produzidos em situação não estão prontos. São construídos.

Se tomarmos a narrativa fabular como uma metáfora que é passível de memorização em virtude, inclusive, de sua extensão, ela oferece aos leitores a possibilidade de uso em diferentes contextos enunciativos. Disso decorre a necessidade de ser trabalhada, inicialmente, como atividade pedagógica cuja construção de sentido pode ser objeto de problematização.

Referências

- DEZOTTI, M. C. C. (Coord.). *A tradição da fábula*. Araraquara: FCL-Unesp, 1991. 71p. (Textos, n.8).
- DEZOTTI, M, C. C. *A fábula esópica anônima: uma contribuição ao estudo dos "atos de fábula"*. 1988. 225f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara, 1988.
- DEZOTTI, M. C. C. *A tradição da fábula*. Brasília: Edunb, 2002.
- LIMA, A. D. A forma da fábula: estudo de semântica discursiva. *Significação*, São Paulo, n.4, p.61-9, 1984.
- SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. Tradução Antônio Cheline; José Paulo Paes; Izidoro Blikstein. 9.ed. São Paulo: Cultrix, 1974. 279p.
- SOUSA, M. A. de. *As fábulas de Esopo: em texto bilíngue grego-português*. Rio de Janeiro: Thex, 1999. 376p.
- SOSSOLOTE, Cássia Regina Coutinho. *A recepção do discurso alegórico da fábula*. Araraquara, 2002. 428p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP, Araraquara, 2003.